

Ata da Reunião do Conselho

ATA N.º 128/2005/CET – 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 28 de janeiro de 2005, com início às 17:00, na sala de reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, sita à rua Pedro Ivo n.º 750, 5º andar, nesta capital, com a presença dos seguintes conselheiros: Ademir Mueller/FETAEP, Allan Marcelo de Campos Costa/SEPL, Antonio Rycheta Arten/ Agência de Fomento, Arthur Carlos Peralta Neto/FIEP, Carlos José Zimmer/CGT, Geraldo Seratiuk/DRT, Josiel Tadeu Teles/CGT, , Leila Maria Raboni/DRT, Newton Jorge Gonçalves de Oliveira/FIEP, Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED, Secretário Pe. Roque Zimmermann/SETP, Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP e dos seguintes convidados: Dr. Erasto Zaneti/ Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campo Largo, Luiz Antonio Bonato /SETP – Luciene Bracht/SETP, Ari Batista da Silva/SETP, Evildia Aparecida Bassi/SETP, Tania Mara Moreira/SETP, Helena de Oliveira Borges Saldanha/SETP. reuniu-se o CET, em sua 107ª Reunião Ordinária, para deliberar os seguintes assuntos de pauta: 1) Aprovação da Ata 127/2004; 2) Qualificação Profissional/Ações 2004 e 2005, 3) Qualificação do Segmento das Refeições Cozinhas Industriais; 4) Indeferimento dos Projetos do Instituto São Cristóvão; 5) Cadastro Economia Solidária; 6) Lei da Aprendizagem nº 10.097; 7) – Consórcio da Juventude; 8 – Comemoração 10 Anos do Conselho Estadual do Trabalho, 9 – Informe Gerais. O Secretário Pe. Roque declara aberta a reunião, com palavras de boas vindas aos conselheiros, ao mesmo tempo em que fez a leitura da justificativa da ausência do Conselheiro João Luiz Rodrigues Biscaia/FAEP, seu suplente Klaus Dias Kuhnen, e Carlos Frederico Mares de Souza Filho, enfatizando que se torne hábito nas reuniões, a leitura das justificativas dos Conselheiros ausentes. Também pede desculpas à Conselheira Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED, por não ter sido mencionada na Ata a sua justificativa de ausência à reunião anterior. O Secretário Pe. Roque/SETP informa que a ata, por apresentar incorreções fica para ser aprovada na próxima reunião, após ser devidamente corrigida e passada aos conselheiros. Em seguida, foi passada a palavra ao Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP e à técnica Luciene Bracht/SETP para apresentação do PLANTEQ. Luciene Bracht/SETP fez a explanação do Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ/PR, apresentando, na ocasião, um quadro sintético das atividades desenvolvidas em 2004 (PLANTEQ/PR 2005, p.10) conforme segue:

QUADRO SINTÉTICO DAS AÇÕES CONTRATADAS POR EXECUTOR

EXECUTOR
SETOR ECONÔMICO/ PROJETO
CUSTO/ EDUCANDO
CUSTO MÉDIO/ HORA/
ALUNO
CARGA HORÁRIA MÉDIA
EDUCANDOS CONTRATADOS
RECURSOS APLICADOS
ESCOLA SUL
Gestores de Políticas Públicas
133,64
2,57
52

765
102.234,60
FUNTEL
Indústria da Transformação (têxtil, metalurgia, alimentos, moveleira, madeira), /
Construção Civil
604,98
2,59
233,15
1.546
935.294,13
Gerações e Talentos
Sistema Penitenciário / Pesca
551,07
2,76
200,00
184
101.396,00
SENAC
Comércio e Serviços / Serviços Domésticos / Turismo e Artesanato
556,44
2,78
200,00
2.448
1.362.171,60
SENAI
Indústria da Transformação (têxtil, metalurgia, alimentos, moveleira, madeira) /
Construção Civil / Indústria Automotiva (Chicotes Automotivos)
651,46
2,83
230,09
1.935
1.260.572,40
SENAT
Transportes
306,40
2,55
120,00
1.314
402.350,00
PROVOPAR
Segurança Alimentar
396,74
0,95
416,00
156
61.892,00
TOTAIS
457,25
2,43
207,32
8.348
4.225.910,73

Na continuidade, apresentou a alteração da Resolução 333/03 do Conselho Deliberativo do FAT, através da resolução 408/04. Informou que a resolução 333/03 estabelece que o PNQ é implementado por meio de Planos Territoriais de Qualificação – PLANTEQS e de Projetos Especiais de Qualificação – PROESQS. Os

PLANTEQS, viabilizados mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre os respectivos executores e o MTE, por intermédio do DEQ/SPPE. A Resolução 408/04, estabelece que o PNQ será implementado também por Planos Setoriais de Qualificação - PLANSEQS. Estes planos têm o caráter complementar aos PLANTEQS, orientados ao atendimento transversal e concertado de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação, identificadas a partir de iniciativas governamentais, sindicais, empresariais ou sindicais, cujo atendimento não tenha sido passível de antecipação pelo planejamento dos entes federativos ou municipalizados. Nesta perspectiva, a Coordenadoria de Qualificação Profissional apresenta o PLANTEQ/PR - 1ª fase, que após a sua aprovação, e que deverá ser encaminhado ao MTE/DEQ para análise. Em fevereiro/2005, estaremos fazendo o levantamento de demandas em conjunto com os Escritórios Regionais, Agências do Trabalho e Conselhos Municipais do Trabalho, embasado no documento do IPARDES, "Leituras Regionais", que congrega os dados econômicos e os dados sociais, tendo como base 10 Mesorregiões no Estado do Paraná. Isto poderá facilitar o levantamento dos setores e ocupações que demandam ações de qualificação, dentro da perspectiva de inclusão social. Apresentou o Anexo I do Plano - Público Prioritário (quadro anexo), justificando cada público prioritário. O Plano Territorial de Qualificação deverá atender 12.597 trabalhadores com recursos na ordem de R\$ 4.924.107,40 (quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil e cento e sete reais e quarenta centavos) da Fonte 107 - FAT e R\$ 1.120.520,00 (um milhão e cento e vinte mil e quinhentos e vinte reais) da Fonte 100 - Tesouro do Estado, totalizando R\$ 6.044.627,40 (seis milhões e quarenta e quatro mil e seiscentos e vinte e sete reais e quarenta centavos). O Secretário Pe. Roque/SETP chamou a atenção dos conselheiros que a SETP, apesar das dificuldades existentes, conseguiu captar e habilitar recursos federais e estaduais aplicando 100% na qualificação profissional, em relação ao ano de 2003. Mencionou a questão do Instituto São Cristóvão, e que não obteve do governador, a concessão para a sua habilitação, representando o segmento dos rodoviários. Reafirmou que se deve abrir ao máximo a aplicação do recurso, para não haver devolução, que o governo insiste em pedir recurso e no final do exercício devolve-os. Cita ainda que houve empenho total no exercício de 2004 para aplicar todo o recurso tanto federal como estadual, conseguindo com sucesso a execução dos cursos. Na seqüência, o Secretário Pe. Roque/SETEP passou a palavra ao Presidente do Conselho Sinval Lobato Machado/FACIAP, e pediu licença para se ausentar, por motivo de evento externo. O Presidente do Conselho Sinval Lobato Machado/FACIAP agradece a presença do Secretário pela condução do trabalho na sua ausência, dando seqüência à Qualificação Profissional referente às ações de 2005, conforme demonstração da planilha. Após a apresentação, o Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP fez uma observação que, no item 03 - trabalhadores ocupados, auto emprego, auto gerenciados, há um erro quanto à multiplicação. Passada a palavra ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT, que evidenciou a importância dos novos representantes do governo, compondo o conselho, do BRDE, Agência de Fomento e SEPL, fruto de um diálogo pessoal com o Governador, demonstrando que não adianta ficarmos no estado saudando o crescimento do emprego, fazendo de conta que este é gerado pelas Secretarias de Indústria e Comércio, do Planejamento e da Fazenda, que o desemprego público é culpa da SETP ou do Ministério do Trabalho. Da mesma forma que, para combater o desemprego a SETP teria que ter instrumentos de participação na área de crédito como os tributos fiscais. Informou que a discussão dos arranjos produtivos, não será mais feita na forma bipartite, como vem sendo feita, que os sindicatos e federações dos trabalhadores da área da madeira e vestuário, não eram convocados a nenhuma das reuniões, sendo que daqui para frente o serão. Espera que a SEPL discuta uma proposta com apoio do BRDE, chamada de arranjos produtivos, visando aprovação de uma linha para economia solidária, em alguns setores como o da reciclagem do lixo, vestuário e na área de

transformação de alimentos. Lembrou que o Conselheiro que representa a SEPL, foi dirigente do SEBRAE, e que precisamos convocar esse Órgão, que vem realizando um trabalho de forma equilibrada e não tem recebido o devido apoio do CET. Enfatizou que não dá para comparar a questão tanto dos recursos e do número de qualificados, à metodologia do PNQ e do PLANFOR, que são concepções e estruturas completamente diferentes, mas acredita haverem avanços no decorrer do ano, inclusive na questão dos recursos. Evidenciou ainda, a preocupação em relação ao PLANTEQ, elogiando a sua estruturação e dizendo que ele envolve duas questões específicas. Primeiro com relação à área do vestuário. Indaga se, ao mesmo tempo em que o governo do Estado se permitiu mudar a executora aprovada pelo Conselho, irá deixar que os membros do CET opinem sobre o destino dos recursos na área do vestuário. Particularmente, gostaria que parte desse recurso de três milhões fosse destinado às cooperativas de produção do vestuário e não só às pessoas cadastradas no SINE para trabalhar nas empresas. E que gostaria de entender as razões pessoais do governador para tomar ciência de como ocorre a questão de poder do Conselho em relação ao governador. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP pergunta quem é a pessoa indicada para responder a esta questão, sendo informado pelo Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP, de que o Secretário Pe. Roque o seria, já que ele mesmo encaminhou a negociação em prol da executora e não obteve sucesso. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP, pede que o Secretário se posicione à respeito e que seja encaminhado um ofício em resposta ao CET e ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT. Este, pediu inclusive uma resposta da possibilidade de se opinar ou não em relação à partilha dos recursos do governo do Estado para o setor do vestuário. O que foi informado pelo Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP, de que provavelmente isso possa ocorrer, embora a negociação tenha sido feita com a Federação dos Empregadores. Passada a palavra ao Conselheiro Carlos José Zimmer/CGT que disse querer esclarecer algumas questões levantadas pelo Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT. Primeiro, que o Instituto São Cristóvão se habilitou como executor no ano passado, já dentro do âmbito de poder da Resolução 333 do CODEFAT. Antes não havia se habilitado para nenhuma ação, mas que isso seria esclarecido com maiores detalhes quando chegasse a este item da pauta e, se possível na presença do Secretário Pe. Roque. Disse ainda, que gostaria de entender a colocação do Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT, sobre os três milhões de recursos do Estado, para o vestuário. Se irão ou não poder opinar, já que na reunião da Comissão de Qualificação esse assunto chegou a ser levantado pelo Secretário Pe. Roque. Indaga se o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT tem mais informações a respeito, qual a fonte deste recurso, se vai passar pelo Conselho e como irá ser utilizado. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT disse ter sido justamente essa a sua indagação ao Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP. Este disse que lhe foi pedido um posicionamento em relação ao PLANTEQ e que esse recurso, explicou, seria em função de uma nova proposta do Ministério dentro do PNQ, já mencionado pela técnica Luciene Bracht/SETP, um plano em separado do PLANTEQ para o qual o governo já havia destinado a sua contrapartida no valor de três milhões de reais. Com a palavra a Conselheira Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED, disse haver uma mistura de três assuntos que devem ser tratados em separado. Primeiro que, enquanto membro da Comissão de Qualificação entende que a proposta apresentada é coerente e que deverá ser encaminhada para aprovação e posterior envio ao CODEFAT, em 31 de janeiro do corrente. Com relação à preocupação evidenciada no CET, em todo o decorrer do ano passado, se as ações realmente davam conta daquilo que se esperava, considerou que os técnicos da SETP tiveram a preocupação de não estar só enfocando o público da PEA e, nesse sentido, utilizaram inclusive dos dados do IPARDES como subsídios às propostas de qualificação para o Estado. Quanto à questão do PLANSEQ, disse ser um assunto novo a todos os Conselheiros, devendo-se aprofundar melhor no assunto, mas que sendo um recurso do FAT passa pela aprovação do Conselho.

Considerou que se deve ter sensibilidade para orientar as ações, priorizando o que é necessário ao Paraná, no atendimento aos pequenos empresários, no que tange à qualificação dos trabalhadores. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP dá seqüência à proposta da resolução 216/05, pedindo para que a Secretária Executiva Eliette de Souza Vilela fizesse a leitura da mesma. Antes porém, pediu licença para registrar a presença do Dr. Erasto Zaneti diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campo Largo, convidando-o para fazer parte da mesa, bem como, dos Conselheiros Antonio Rycheta Arten, diretor presidente da Agência de Fomento e Allan Marcelo de Campos Costa, diretor Geral da SEPL, dando-lhes as boas vindas. A Secretária Executiva Eliette de Souza Vilela fez a leitura da Resolução. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP pediu que fizessem chegar aos Conselheiros, inclusive os não presentes, cópia da resolução 408/04 do CODEFAT. A Resolução 216/05 foi aberta à discussão e não havendo nenhuma manifestão contrária, a mesma foi aprovada. Passou à resolução 215/04, aprovada "ad referendum", pedindo que a Secretária Executiva fizesse a sua leitura, colocando-a para discussão em seguida. Não havendo manifestação em contrário, a mesma foi aprovada. Passou a palavra ao Sr. Francisco para fazer a apresentação sobre o segmento das refeições em cozinhas industriais. Como este não estava presente passou a palavra ao Conselheiro Carlos Zimmer/CGT para falar sobre o indeferimento dos Projetos do Instituto São Cristóvão, que pediu para aguardar o retorno do Secretário Pe. Roque, adiantando a pauta. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP pediu ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT para fazer a sua explanação sobre o Cadastro da Economia Solidária e este disse que o MTE, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária está fazendo um cadastramento nacional, passando para o Estado esta responsabilidade através de um grupo gestor que é coordenado pela DRT, com a participação da SETP e de entidades que trabalham com a economia solidária, no sentido de fazer um cadastramento das cooperativas de produção que trabalham com economia solidária no Estado. Esse trabalho foi desenvolvido, em seu primeiro momento, inclusive gerando alguns desentendimentos pela falta de informação que se teve, mas redundou em um cadastro preliminar a ser repassado ao Ministério. No ano passado o Ministério já liberou para o Estado em torno de cinco projetos basicamente : a questão da reciclagem do lixo das regiões metropolitana de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, com recursos de trezentos mil reais para cada projeto, no sentido de estruturar com equipamentos e operacionalizar as chamadas cooperativas de reciclagem. Neste ano os recursos serão maiores para estas cooperativas, razão pela qual está sendo feito o recadastramento, com o objetivo de não só alocar recursos, mas também de criar junto com o Governo do Estado as chamadas redes de economia solidária. Na tentativa de criar uma Lei Estadual de Economia Solidária, contando-se também a participação da SEPL. No tocante à Lei da Aprendizagem, nº10.097, durante muito tempo se imprimiu toda uma interpretação extremamente rígida, gerando dificuldades no avanço da aprendizagem, quanto ao seu aspecto legal. Outro fator da aprendizagem foi a falta de interesse das instituições como o caso do SENAI no Paraná, onde em 2003 formaram cerca de setecentos aprendizes e em 2004 foram formados dois mil e duzentos, sem a mudança de lei, o que demonstra não ser somente a lei que restringe e sim tratar-se de uma visão estratégica da Instituição, já que para o ano de 2005 há previsão da formação de três mil e oitocentos aprendizes, devendo chegar a cinco mil em 2006. O Governo Federal montou um grupo multidisciplinar, juntamente com o Ministério do Trabalho, Ministério Público, instituições patronais, Fundação Roberto Marinho, TV Cultura e uma gama de entidades que trabalham com aprendizagem, culminando em uma proposta de regulamentação da Lei de Aprendizagem. A DRT recebeu a lei com as devidas propostas, encaminhando a todas as instituições sindicais, tanto de trabalhadores como patronais e ao Sistema S, para que tomem ciência das sugestões, remetendo-as à DRT de modo que possam ser enviadas a Brasília, no sentido de prover melhorias na Lei. No encontro tido com o

governador, este pediu todo o esforço possível da DRT, do Ministério Público da Criança e da Adolescência, da SEED, no sentido da construção de conteúdos no setor da aprendizagem. Isto está sendo trabalhado com o Secretário Maurício Requião e com o Procurador Tourinho, da Área da Criança e Adolescência. Falou ainda, da outra questão que envolve o Consórcio da Juventude, dizendo ser este uma variante do chamado Primeiro Emprego, que é voltado ao incentivo fiscal, onde a empresa contrata para ter acesso ao incentivo. Já o Consórcio da Juventude está voltado para a formação e no ano passado a DRT apresentou um projeto para Curitiba, com o Ministério aprovando um recurso na ordem de dois milhões e cem mil reais para a formação de oitocentos jovens. O Consórcio tem uma ONG como entidade âncora, que cuida da juventude, em conjunto com outras entidades cuja clientela são jovens extremamente marginalizados pela sociedade. Acredita-se implantar em outras regiões do Estado, objetivando a inclusão social, tendo a DRT como fiscalizadora das empresas. Tentar-se-á a interação do setor privado no projeto, no sentido da empregabilidade e inserção no mercado de trabalho, dos jovens treinados, conforme concluiu o Conselheiro. Dando prosseguimento, a palavra foi passada à Conselheira Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED informando que o Secretário de Estado da Educação está empenhado em que sua pasta possa buscar uma forma de atender e formar um número maior de aprendizes. Comunicou que tiveram uma reunião com a FIEP, onde foram apresentadas três propostas de como as Escolas Públicas podem ser utilizadas na realização dessa qualificação. A idéia da Secretaria é de que poderia ser uma proposta de Primeiro Emprego para o Estado. Aproveitou o momento para dizer que no ano passado colocaram-se à disposição do CET e gostaria de agendar para a próxima reunião, se possível, uma apresentação da Secretaria de Educação, especificamente dos Departamentos de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Profissional no sentido de mostrar o que vem sendo realizado. Manifestou a intenção de poder contar com a presença do Secretário, se a sua agenda o permitir. Informou que no ano de 2003, a rede pública recebeu treze mil matrículas no Ensino Técnico, passando para vinte e nove mil, no ano de 2004 e a sessenta mil, o número de alunos a serem atendidos em 2005. Estes números consistem numa razão a mais para o CET conhecer o que a Secretaria está fazendo para atender o trabalhador, já que a própria escolarização deste, é uma forma de qualificação profissional; sendo relevante explicar o projeto de Educação Técnica. Na continuidade, o Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP agradeceu à Conselheira Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED, pelas informações prestadas, solicitando à Secretaria Executiva do CET que providenciasse o convite ao Secretário de Educação, Maurício Requião, bem como, ao Presidente do SEBRAE, Dr. Hélio Cadore, para participarem da próxima reunião do Conselho. O Conselheiro Arthur Carlos Peralta Neto/FIEP, que retornou ao CET, recebeu as boas vindas do Presidente, falando de sua dificuldade, por questões de agenda, em comparecer às reuniões, mas que sempre esteve bem representado pelo Conselheiro Newton Jorge Gonçalves de Oliveira/FIEP. Posicionou-se em relação às palavras do Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT, quanto este enfatizou que o SENAI formava cerca de setecentos alunos ao ano e, que por questão de miopia da sociedade, bem como de uma inversão de valores achando que o SENAI poderia se privilegiar das atividades geradoras de receita e a aprendizagem, como é gratuita, fica perto do nada, pois o custo para a formação da aprendizagem é superior ao da qualificação e o de outras atividades de ensino técnico do SENAI, onde o custo de um aprendiz é muito maior do que o da qualificação, principalmente pela hora aula. Isso tem sido resolvido e a meta, segundo informou, é ainda a de chegar a cinco mil, neste último ano de gestão, disponibilizando melhores equipamentos, investindo em salas de aulas, escolas e mobiliário. Enfatizou que, dentro do enfoque da aprendizagem tem alinhado o SESI neste sentido, atribuindo a este a finalidade da educação do trabalhador, lançando o Colégio do SESI, que é de ensino médio profissionalizante e que irá contar com o concurso do SENAI, para a seleção dos alunos. Estão ainda, se

habilitando para os editais de escolas de fábrica, recém lançado pelo Ministério de Educação. Em visita do Secretário Maurício Requião, foram desenvolvidas algumas idéias e projetos envolvendo o SESI e o SENAI com as escolas, no sentido de ampliar a oferta de educação fundamental nas escolas do SESI, o que até então vinha sendo deixado de lado. Informou que o sistema FIEP está alinhado com os esforços do governo federal e estadual, para a educação e qualificação do trabalhador e que a educação profissional é parte da missão do S industrial. Finalizando, informou que recentemente foi feita a aprovação do Conselho do SESI e do SENAI, objetivando a articulação das demandas da indústria na solução integrada da necessidade de informação, sobretudo com considerável salto na capacitação. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP considerou relevante a atuação do SENAI que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, conseguiu de setecentos avançar para três mil e oitocentos o número de seus aprendizes, sendo uma progressão geométrica e não matemática, segundo enfatizou. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT colocou que a Delegacia tem feito um esforço desde o ano passado, nas áreas da indústria e da agricultura, mantendo um convênio com o Ministério Público do Trabalho para fazer a interpretação da Lei da Aprendizagem, a mais favorável possível, sendo uma meta do Governo Federal, na qual têm trabalhado diretamente. Passou a palavra ao Conselheiro Newton Jorge Gonçalves de Oliveira/FIEP que disse ser um desabafo, dentro daquilo que o Conselheiro Geraldo havia comentado. Que na verdade, todo o esforço dentro do Conselho Estadual, bem como, com todas as entidades com quem interage, é um debate sobre o Sistema S, que muitas vezes tem sido criticado em reuniões, como a ocorrida em Brasília, onde disseram que deveriam acabar com o Sistema S para que algumas entidades sindicais pudessem receber esse dinheiro e melhor administrá-lo. Disse sempre ter defendido, juntamente com o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT e que todo o esforço valeu a pena. Enfatizou que o Sistema S tem recursos não só para qualificar o setor patronal, onde 90% é destinado à qualificação, à profissionalização do trabalhador, qual seja ela. Considera bom que isso hoje esteja acontecendo em parceria com a DRT e o esforço é realmente atingir o trabalhador de todas as formas, e se está concretizando isso. Em seguida, reiterou o convite para que uma das reuniões do CET pudesse ser realizada no CIETEP, marcando-se para a ocasião, uma apresentação do SENAI em relação às metas previstas para o ano em curso. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP disse que da parte da presidência aceitava o convite e propôs que a próxima reunião fosse realizada no CIETEP. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP, dando seqüência à reunião, convidou a coordenadora da Cesine, Eliette de Souza Vilela/SETP para explanar sobre o PLANSINE 2005. Passada a palavra, disse que teve a honra de ser convidada pelo Secretário do Trabalho para assumir a função de Coordenadora Estadual do Sistema Público de Emprego no Paraná, iniciando suas atividades na última Segunda feira, ciente de que tem como um de seus primeiros desafios a realização do PLASINE. Buscou as orientações devidas, mas foi informada pelo Ministério de que a resolução não havia sido publicada e de que as informações não eram oficiais para poderem ser repassadas. Somente dia 26 último é que foi publicada e na data de ontem tiveram uma reunião de trabalho para interpretação da referida resolução. Informou que esta estabelece a data de 11 de fevereiro, como limite para a entrega do Plano Básico, com posterior elaboração de um plano de trabalho após a aprovação do Plano Básico, com entrega prevista até o dia 28 de fevereiro. Para a elaboração do Plano Básico foram constituídos onze grupos de trabalho. Registrou não ter havido tempo hábil para que fosse preparada uma apresentação para esta reunião do CET. Informou que embora na resolução não haja nenhuma orientação para que o Plano Básico passe pela apreciação do Conselho, foi considerado relevante, fazê-lo. Elegeram o dia 10 de fevereiro para submeter o Plano à apreciação de uma Comissão de Acompanhamento, para encaminhá-lo no dia 11. Solicitou ao Conselho que nomeasse uma Comissão tripartite, se concordasse com esse procedimento. O

Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP pediu para que os Conselheiros manifestassem o interesse em participar desta Comissão, do contrário teria que fazer a indicação. A Comissão ficou formada pelos Conselheiros Carlos/CGT, Josiel Tadeu Teles/CGT e pelas Conselheiras Leila/DRT e Sandra/SEED. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado pediu à Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela para que lesse a carta do Ministério do Trabalho dando conta da visita de monitoramento das ações de qualificação e propostas do Plano de Trabalho, nos dias 02 e 03 de fevereiro último, aprovado pela Comissão do CET. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT no uso da palavra, enfatizou que na reunião passada não teve a oportunidade de comparecer, mas que havia encaminhado um ofício ao Conselho pedindo uma informação, pois havia lido no Jornal Folha de Londrina que o Tribunal de Contas da União determinava à SETP que designasse um representante para acompanhar a aplicação dos recursos repassados pelo convênio, bem como, que deveria ser feita cotação de preços antes da contratação de entidades privadas. Sabe-se que isto hoje já está suprido e que a determinação saiu depois que o TCU analisou o relatório de auditoria feito no Plano Estadual de Qualificação no Paraná, implementado em 2000/2001, para o qual foram repassados recursos federais do FAT. Solicitou cópia da Resolução para que se ficasse sabendo o que foi feito em 2000/2001, no sentido de desvios que possam ter acontecido. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP solicitou que a secretaria executiva oficiasse ao Tribunal de Contas solicitando cópia da resolução mencionada. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP indagou ao Conselheiro Carlos/CGT se o mesmo iria fazer a apresentação do item 4 da pauta, uma vez que o Secretário Pe. Roque Zimmermann não estava presente. O Conselheiro Carlos, manifestou-se pela apresentação, informando que na reunião passada aproveitaram a presença do Secretário Pe. Roque Zimmermann e pediram a ele informações à respeito do por que do indeferimento de um projeto que havia sido aprovado pela Comissão e pelo Conselho, inclusive com as próprias universidades fora do processo, já que não se habilitaram como executoras, pelos custos desta demanda e por outras dificuldades. Disse ter o Instituto se apresentado, que o mesmo é uma ONG patrocinada por trabalhadores e pela Federação dos Rodoviários do Paraná e não tem nenhum motivo que o desabone. Informou que há, inclusive, um parecer favorável da Assessoria Jurídica do Palácio Iguazu. Todos os trâmites aconteceram e simplesmente houve o indeferimento. O Conselheiro Carlos alertou ao CET para que fique atento ao que irá acontecer, pois conforme informado, o recurso já foi repatriado e reutilizado. Sabe-se que virá uma nova ação ainda não finalizada por falta de documentação de uma executora. Talvez tenha-se que devolver cento e tantos mil, enquanto esse recurso era de setenta e oito mil reais, argüiu o Conselheiro. Disse ser esta a informação que queria colocar de público a todos os Conselheiros. Que de repente ainda caiba uma providência por parte do CET no sentido do governador se pronunciar à respeito. Se ele tiver realmente o poder de veto, enfatizou o Conselheiro que: estaremos aqui trabalhando o ano inteiro em comissões, reuniões exaustivas, que serão indeferidas por ele. O Conselheiro Josiel Tadeu Teles/CGT pediu a palavra para inicialmente, externar em nome de sua bancada, as boas vindas aos novos conselheiros, cumprimentando a todos que vieram prestigiar a reunião. Julgou interessante ressaltar, para ciência dos conselheiros recém chegados, que além de todo o trâmite legal da documentação e de terem todas as metas cumpridas, um dos pressupostos seria o da construção do calendário do cronograma de ação junto com os ER's. Que à partir disso, estiveram em visita aos municípios, propondo ações como duas atividades de reciclagem de lixo, uma em Pontal do Paraná e outra em Curitiba; duas atividades de Agricultura Familiar de Subsistência e Associativismo em Guaraniaçu; Agroindústria e Produção de Leite em Enéas Marques e, conforme informações do próprio município, foram consideradas atividades em expansão; e duas atividades de Educadores Infantis. De acordo com os municípios visitados, montou-se a equipe técnica para administrar e propor ações que há anos não vinham sendo

executadas e os municípios iniciaram a formação das turmas, aguardando apenas a assinatura de contratação do convênio. Não se sabe o que realmente aconteceu para o governador indeferir o projeto. Afere-se essa medida por ser o Instituto bancado por trabalhadores, salientando que, assim como o Sistema S está fazendo a parte dele, o Instituto São Cristóvão também estava fazendo a sua, em pleno desenvolvimento e funcionamento com pré vestibular para os filhos de trabalhadores e, além disso, um projeto para ampliar o grau de escolaridade de caminhoneiros, que hoje têm no máximo até a quarta série, objetivando que estes trabalhadores venham a concluir o ensino fundamental, pensando numa alternativa para quando estão na estrada e não podem parar. Finalizando, colocou o Instituto à disposição como parceiro, com trabalhos e propostas a toda a sociedade. Com a palavra o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT disse que essa preocupação aumenta ainda mais na medida em que a Fundação teve todo um trabalho desenvolvido na área rural, de agricultura familiar, com uma boa metodologia de trabalho. Mencionou que acabaram de aprovar um indicativo de qualificação nessa área e, de repente, uma entidade que já tem tradição, por motivos até aqui desconhecidos, acaba não sendo aprovada para executá-los. Pelo seu conhecimento em relação ao governador, este não aprovou porque até aqui os trabalhadores tiveram pouca participação na condução das políticas fiscais, nos arranjos produtivos e, conseqüentemente, o governador não sabe exatamente quem é a Fundação. Disse haver outro aspecto onde incide a responsabilidade do Conselho e da SETP, que é a de informar ao governador que a metodologia de fiscalização do PNQ é muito diferente do PLANFOR, com um sistema de fiscalização junto com o Tribunal de Contas da União, com a UNITRABALHO contratada para consultoria e com a DRT fiscalizando as empresas. O governador deve ter pensado tratar-se de uma entidade fria, como já ocorrera no passado. E aí o papel do CET em informar isso ao governador, dizendo que a lei hoje é muito mais rígida e que, uma vez aprovado pelo Conselho, não existe motivo para indeferimento. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP perguntou à Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela, no momento, a única representante da SETP presente, sobre qual o poder de veto que tem o governador sobre uma verba federal, para um projeto aprovado de forma deliberativa pelo CET. Pediu que, caso ela não pudesse se manifestar por questões éticas, que a pergunta ficaria registrada para que fosse respondida ao CET, de forma mais efetiva, pois como havia se manifestado muito bem o Conselheiro Carlos, o Conselho não pode ficar trabalhando o ano todo, aprovar os projetos, deliberar e ser vetado pelo governo. A Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela pronunciou-se dizendo que não acompanhou o caso por estar recentemente inserida nesse processo, mas como é do conhecimento de todos, o administrador público possui o poder discricionário, isto é, pode decidir por conveniência e oportunidade, a priori, dizer não até que tenha subsídios suficientes para dizer sim. Disse concordar com o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT quando este diz que talvez tenha faltado ao governador informações suficientes. O Conselheiro Newton Jorge Gonçalves de Oliveira/FIEP no uso da palavra afirma que mais uma vez se cria uma expectativa aos municípios, quando se realiza as visitas e o projeto não se viabiliza e que essa carga novamente recai sobre o CET. Não sendo qualificada pelo governador a Instituição, ele deverá ter o ônus da responsabilidade, perante esta qualificação e perante os municípios também. Considera que isto já deveria Ter sido dito ao governador pelo Secretário Pe. Roque. Informou que em reunião tida com o Secretário foi solicitado a ele todo o empenho no sentido do levantamento das razões que levaram ao veto do projeto do Instituto São Cristóvão. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP lembrou que ao longo destes 10 anos de conselho, somente teve-se um caso em que havia contrapartida do governo do Estado e foi com relação à questão do emprego e desemprego. O CET lutou pela viabilização, mas o governador da época vetou o projeto e, como havia contrapartida, perdeu-se o recurso federal. Perguntou se neste caso do Instituto São Cristóvão há

contrapartida do Governo Estadual. Recebeu a informação de que para todo o recurso federal há uma contrapartida do Estado, mas que neste caso em específico, há toda uma ponderação, um critério de selo do Sr. Governador, mas que é possível superar isso, bastando que se tenha em tempo hábil, condições de estabelecer as razões que levaram a esta decisão. É o caso de se colocar no lugar de quem administra recursos públicos com seriedade. Acredita ter sido este o critério que levou o Governador a essa atitude. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP reafirma que o CET não foi consultado nem pela casa civil e nem pelo Governador. A Secretária Executiva mais uma vez afirma que não acompanhou o processo e que está presente ao CET pela ausência de outras pessoas tentando, como os demais entenderam o que aconteceu e que mais do que isso não há o que informar. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP agradeceu à Secretária Executiva, mas pede que fique registrado por parte do conselho o pedido para que o Secretário faça por escrito esta manifestação, já que ele é um dos membros representante do Governo junto ao Conselho e se tivesse que haver veto deveria ser por parte dos representantes do Governo no Conselho, por ser este uma instituição paritária, tripartite, membros com poder de deliberação e não há razão para se sofrer esta jurisdição. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT pediu para complementar no seguinte sentido, dizendo que o Governador desconhece o teor da resolução 333 e não fez o veto por outro motivo, uma vez que continua considerando as ações como vinham sendo realizadas antes do PNQ. Considera que deve se ter nesse momento, não só a responsabilidade de transmitir ao Governador o descontentamento do Conselho, mas também dizer a ele da nova estrutura de fiscalização do PNQ. Salaria que é o papel da Assessoria Jurídica da Casa Civil o embasamento ao Governador informando-lhe sobre a resolução e que haveria tranquilidade fiscal e não o parecer que lhe foi passado. Assim sendo, o CET deve dar conhecimento à Casa Civil da nova legislação. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP pede que se oficie à Casa Civil encaminhando uma cópia da resolução 333, ao mesmo tempo manifestando a insatisfação do CET de ter tido um projeto importante transformado num veto do Governador, mais uma vez devolvendo dinheiro ao Governo Federal. O Conselheiro Ademir Mueller/FETAEP disse não saber que tendo o CET poder deliberativo tenha que submeter ao Governador para aprovação. Foi informado pela Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela, que nesse sentido nenhum recurso financeiro, em que pese ser de origem do Governo Federal possa ser aplicado sem autorização do Governador, até porque faz parte do orçamento e que é necessário o gráfico orçamentário do Estado para a aplicação dos recursos federais. Saliu que existem normas nesse sentido e estamos no cumprimento delas. Pediu a palavra o Conselheiro Antonio Rycheta Arten/ Agência de Fomento enfocando que está se inteirando do assunto, por estar no início do processo, mas que realmente chama a atenção pela forma como está sendo exposto no Conselho. Lamentou a ausência do Secretário, pela conversa do Conselheiro que conduziu as demandas de qualificação e acredita que o Secretário deva ter uma explicação, pois como tal deve estar ao par dos detalhes de como foi conduzida a formalização. Concordeu com o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT quando este diz que o Governador não tomou pleno conhecimento da realidade das informações. Disse conhecer bem o Governador e afirmou que a sua própria participação no CET vem no sentido de trazer um outro enfoque voltado ao PED, à questão do emprego e à economia de financiamento. Considerou que valia a pena rever essa matéria, pedindo ao Secretário no sentido de equacionar uma forma explicativa e buscar as estâncias, seja a Casa Civil e a Assessoria Jurídica do Governador, mostrando, de forma mais clara e que sustente ser um processo normal diferente da expressão do passado. Em sua opinião, o Governador tendo esse conhecimento claro não teria dado, em momento algum, o veto. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP perguntou ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT se juridicamente o veto tem condições de ser derrubado no CET. Este responde

acreditar que juridicamente não poderá ser feito, embora considere que deve-se manter a manifestação do Conselho junto ao Governo, mas que esta deve ser no sentido de construir um ofício ao Governador com caráter muito jurídico, devendo-se partir do princípio do desconhecimento e da preocupação deste em querer fazer as coisas moralmente corretas, dando-lhe as informações necessárias para que isso realmente não aconteça mais. O Conselheiro Antonio Rycheta Arten/ Agência de Fomento, disse que gostaria de conhecer o assunto, pois como recém integrante do Conselho como membro titular, desconhece qualquer informação ou conclusão completa. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT disse da importância dos novos conselheiros receberem cópia da Resolução 333, no sentido de se inteirarem efetivamente desta estrutura. O Conselheiro Allan Marcelo de Campos Costa/SEPL na tentativa de finalizar esse assunto, considerou perfeita a leitura do Conselheiro Geraldo e que o CET não deve entrar em atrito com o governador e sim, encontrar uma maneira estratégica de mostrar a ele do que trata a matéria, pois tem certeza absoluta de que ele irá aprovar. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP indaga sobre quem constrói esse documento, pedindo à Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela para que faça, num primeiro momento, a elaboração da correspondência ao governador, para depois submetê-la aos demais conselheiros. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP passou aos informes gerais, dizendo ao Conselheiro Carlos José Zimmer/CGT, que dá por vencida a matéria, pedindo a este que fizesse uma visita ao Secretário Pe. Roque, para conversar sobre o assunto. Deixou a palavra livre a quem desejasse se manifestar. Enquanto os Conselheiros refletiam pediu para fazer duas colocações. A primeira delas relacionada à uma notícia do Jornal Gazeta do Povo, onde diz que após reunião do Secretário Pe. Roque com o SINDILITORAL, foi declarado que os cursos de qualificação profissional definidos para o litoral foram destinados somente para o setor portuário, artesanal e pesca, deixando de lado os setores de entreterimento, lazer e turismo. Na mesma nota constava resposta do Secretário Pe. Roque dizendo que "as verbas só são liberadas quando requisitadas pelos municípios e que não pode fazer nada se os CMT's não estão organizados e se não apresentam as propostas de cursos. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP pediu à Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela para oficializar aos CMT's do litoral para que se pronunciassem a respeito, porque se não apresentam projetos não terão a liberação de recursos, no que considera ter o Secretário Pe. Roque razão em seu pronunciamento a esse respeito. É a oportunidade para que os CMT's sejam alertados para o seu papel e sua importância neste processo. Interferindo, o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT disse que para isso existe uma causa e conhecendo a realidade do litoral neste caso há uma responsabilidade do Ministério, da Secretaria da Pesca. Informou que foi realizado um Encontro em Curitiba, capitaneado pela Secretaria do Trabalho, junto à DRT e outros órgãos, para discutir a problemática da pesca, dos trabalhadores, do Seguro Desemprego, numa tentativa de integração. Logo depois a Secretaria de Pesca fez o 1º Encontro no litoral, deixando de chamar a SETP, a DRT, o INSS, a Caixa Econômica e outros órgãos. Reuniram-se com os pescadores, propuseram os cursos e acabaram deixando de lado o setor de Turismo, que também foi muito prejudicado com o acidente no Porto, acabando por serem preteridos. Então não basta só os CMT's trabalharem nesta questão, mas sim, perceberem que o Ministério da Pesca precisa aprender com todos os demais órgãos públicos federais e estaduais, faltando-lhes uma visão de integração. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP retoma a palavra dizendo que o seu objetivo era o de chamar a atenção dos CMT's a trabalharem mais. A outra nota que saiu também, foi a mudança no comando do SINE, onde diz que as empresas de intermediação de mão de obra estavam tendo acesso privilegiado aos cadastros das empresas que solicitavam trabalhadores para o órgão. Considerou que o sistema é tecnicamente seguro e não há como ter acesso ao cadastro, senão através de senhas, o que lhe causa estranheza. Posicionou-se em defesa da

estrutura da Secretaria pedindo para que se registrasse que o Conselho se manifesta favorável à continuidade dessa segurança e estranha que tenham tido acesso. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP informou que em sua primeira gestão, todos os CMT's foram visitados, mas havia a disponibilização de recursos por parte da SETP. Enfatizou que, para o CET poder atuar junto aos CMT's há necessidade de se ter novamente recursos disponíveis, atuando diretamente nos municípios, com reuniões sistemáticas, como uma forma de evitar a ingerência política dos prefeitos. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT expôs que no ano de 2004 ponderou bastante sobre a formação dos conselheiros e que tem uma visão do assunto. Disse estarmos num processo democrático, mas mesmo assim, ainda é uma tarefa difícil para se pensar em municipalização e ter qualidade em sua realização. Considera a integração com os vários órgãos que trabalham com planejamento, políticas públicas fiscais, política de crédito e qualificação, o caminho mais viável para realizar esta tarefa, pois estes têm uma visão mais estratégica para chegar nas regiões e estabelecerem um programa de cadeias solidárias. Chamou a atenção para o Encontro sobre o Sistema Público de Emprego, já que será realizado no segundo semestre o Encontro Nacional do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e, conseqüentemente, a realização de um encontro regional. Socializou que no encontro realizado em São Paulo, o que lhe chamou a atenção foi saber que o Brasil, de todos os países em desenvolvimento é o único país entre, Argentina, União Soviética, Índia, que matem um Sistema Público de Emprego, não só somando os recursos do CODEFAT, FGTS, mas do próprio Sistema S, com a capacidade de utilizar esses recursos, o que foi motivo de alegria, se comparado às demais realidades internacionais. Disse acreditar que em 2005 se irá construir, junto com a Secretaria do Trabalho, responsável pela coordenação desta tarefa, com o Ministério e com o Sistema S, o encontro regional e, da mesma forma como o encontro realizado em São Paulo, haverá a participação dos municípios com população acima de trezentos mil habitantes, ocasião em que se deverá construir a discussão do Sistema Público de Emprego. Reiterou sua posição de não acreditar num estágio de demanda oriundo dos CMT's, baseado em informações da Secretaria do Planejamento, IPARDES, DIEESE, IBGE, dizendo que deve-se ter a capacidade de assumir isto no CET. Retomando a palavra, o Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP esclareceu que em sua gestão anterior reuniram os CMT's por região e se os CMT's da região litorânea estiveram aqui eles já deveriam estar atentos às questões de vocação econômica do seu município, sugerindo e chamando a atenção do Ministério da Pesca. Considerou ainda, que deve ser vocação regional, pois às vezes o município produz e não tem para quem vender. É preciso que o estímulo venha, ponderou o presidente. A vocação tem que ser regional, para não se correr riscos lá na frente. Deve haver um estímulo, pois eles não têm a visão macro que se tem no CET. O Conselheiro Ademir Mueller/FETAEP fez uma interferência à título de informação, que na data de ontem foi criado o fundo de aval, lançado pelo governador, vice governador e várias autoridades presentes, na região central. Disse ter sido uma batalha ao longo de seis anos na tentativa da criação deste aval para que viesse garantir ao agricultor familiar buscar recursos financeiros, principalmente junto ao Banco do Brasil, que opera os recursos do PRONAF. Muitas vezes esses recursos vinham e retornavam para o Governo Federal por falta de garantias exigidas do agricultor, pelo Banco Central e pelo Manual de Crédito Rural. A Agência de Fomento estava presente e está trabalhando junto com a Secretaria de Agricultura. Foram mobilizados na região, mais de dois mil agricultores familiares e isso vai influir naqueles extremamente pobres, que não tinham condições de crédito para tocar sua lavoura e agora irão poder investir em sua propriedade, pois o recurso é para esta finalidade. Essa iniciativa fará com que o trabalhador permaneça em sua propriedade, gerando mais empregos para ele e sua própria família. Disse terem sido grandes os entraves para se chegar até aqui, mas que foram superados e o fundo agora começa a deslanchar, fixando mais o homem no campo, impedindo

que se aumente o êxodo rural. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT pede o uso da palavra, dizendo que no diálogo com o governador teve a oportunidade de lembrar que o setor empresarial fez um estudo no Brasil comandado pela FGV, mostrando que mesmo o Governo Federal aumentando os recursos do PRONAF para dois milhões e meio, o dinheiro não estava chegando, uma vez que não adiantava lançar política fiscal e política de crédito, se estas não conseguiram atingir os pequenos agricultores, precisando viabilizar o acesso destes aos créditos. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP coloca que o poder de comunicação da SEAB irá suprir isso, pois irão buscar lá no campo o agricultor, trazendo-o ao Banco e acompanhando-o para que possa ser ouvido e atendido. O Conselheiro Rycheta Arten/Agência de Fomento informou que já se está finalizando o ante projeto de Lei para o fundo de aval na indústria, para o pequeno industrial. Salientou estarem completando a evolução disso com o Presidente do CIETEP, Rocha Loures, inclusive com a participação da Agência de Fomento e Integração, já havendo um esboço do Projeto de Lei a ser discutido junto à classe, aproximando o pequeno produtor industrial e artesanal, de maneira ordenada e adequada com o agente financeiro repassador. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP enfatizou ser este um tema alvo de preocupação ao longo dos dez anos do CET, que foi tratado junto ao BNDES mas sem o apoio do Governo do Estado, na época. De 1995 a 2000, discutiu-se o fundo de aval exaustivamente no CET, mas sempre com a Secretaria de Planejamento contrária à realização do mesmo. Pediu que esse registro fosse levantado por se tratar de história para o nosso Estado. Passou ao último item, convidando todos os Conselheiros para as atividades comemorativas aos dez anos do CET, comunicando que, por decisão do Conselho, devido tratar-se de um ano eleitoral, o evento foi deixado para o ano em curso, devendo-se aproveitar a realização da Conferência para fazê-lo. Enfatizou ainda, que deve-se retomar o assunto da Conferência Estadual. Dirigiu a palavra ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT e este disse que devemos aproveitar a Conferência para tratar da questão do Encontro Regional do Sistema Público de Emprego, sendo importante verificar esse calendário para que a Conferência Estadual possa ser também a Conferência do Sistema Público do Emprego, uma vez que não há condições de se realizar as duas. Sugeriu que sendo o Secretário Pe. Roque, um dos coordenadores nacionais dessa questão, que fosse verificado para quando foi marcado o Encontro, tentando-se então a Conferência. A Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela informou que está assumindo a função recentemente, mas que salvo engano, já existe uma Comissão constituída pelo Conselho com este objetivo. Assim sendo, o Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP pediu a esta que retomasse o assunto, convocando os Conselheiros para uma reunião para decidir data, metodologia e outros detalhes. Finalizados os assuntos, o Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos e eu, Denise Cristinas Mansur, redigi a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais membros presentes. Curitiba, 28 de janeiro de 2005.

ATA N.º 128/2005/CET – 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 28 de janeiro de 2005, com início às 17:00, na sala de reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, sita à rua Pedro Ivo n.º 750, 5º andar, nesta capital, com a presença dos seguintes conselheiros: Ademir Mueller/FETAEP, Allan Marcelo de Campos Costa/SEPL, Antonio Rycheta Arten/ Agência de Fomento, Arthur Carlos Peralta Neto/FIEP, Carlos José Zimmer/CGT, Geraldo Seratiuk/DRT, Josiel Tadeu Teles/CGT, , Leila Maria Raboni/DRT, Newton Jorge Gonçalves de Oliveira/FIEP, Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED, Secretário Pe. Roque Zimmermann/SETP, Sinval Zaidan

Lobato Machado/FACIAP e dos seguintes convidados: Dr. Erasto Zaneti/ Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campo Largo, Luiz Antonio Bonato /SETP – Luciene Bracht/SETP, Ari Batista da Silva/SETP, Evildia Aparecida Bassi/SETP, Tania Mara Moreira/SETP, Helena de Oliveira Borges Saldanha/SETP. reuniu-se o CET, em sua 107ª Reunião Ordinária, para deliberar os seguintes assuntos de pauta: 1) Aprovação da Ata 127/2004; 2) Qualificação Profissional/Ações 2004 e 2005, 3) Qualificação do Segmento das Refeições Cozinhas Industriais; 4) Indeferimento dos Projetos do Instituto São Cristóvão; 5) Cadastro Economia Solidária; 6) Lei da Aprendizagem nº 10.097; 7) – Consórcio da Juventude; 8 – Comemoração 10 Anos do Conselho Estadual do Trabalho, 9 – Informe Gerais. O Secretário Pe. Roque declara aberta a reunião, com palavras de boas vindas aos conselheiros, ao mesmo tempo em que fez a leitura da justificativa da ausência do Conselheiro João Luiz Rodrigues Biscaia/FAEP, seu suplente Klaus Dias Kuhnen, e Carlos Frederico Mares de Souza Filho, enfatizando que se torne hábito nas reuniões, a leitura das justificativas dos Conselheiros ausentes. Também pede desculpas à Conselheira Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED, por não ter sido mencionada na Ata a sua justificativa de ausência à reunião anterior. O Secretário Pe. Roque/SETP informa que a ata, por apresentar incorreções fica para ser aprovada na próxima reunião, após ser devidamente corrigida e passada aos conselheiros. Em seguida, foi passada a palavra ao Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP e à técnica Luciene Bracht/SETP para apresentação do PLANTEQ. Luciene Bracht/SETP fez a explanação do Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ/PR, apresentando, na ocasião, um quadro sintético das atividades desenvolvidas em 2004 (PLANTEQ/PR 2005, p.10) conforme segue:

QUADRO SINTÉTICO DAS AÇÕES CONTRATADAS POR EXECUTOR EXECUTOR

SETOR ECONÔMICO/ PROJETO

CUSTO/ EDUCANDO

CUSTO MÉDIO/ HORA/

ALUNO

CARGA HORÁRIA MÉDIA

EDUCANDOS CONTRATADOS

RECURSOS APLICADOS

ESCOLA SUL

Gestores de Políticas Públicas

133,64

2,57

52

765

102.234,60

FUNTEL

Indústria da Transformação (têxtil, metalurgia, alimentos, moveleira, madeira), /

Construção Civil

604,98

2,59

233,15

1.546

935.294,13

Gerações e Talentos

Sistema Penitenciário / Pesca

551,07

2,76

200,00

184
 101.396,00
 SENAC
 Comércio e Serviços / Serviços Domésticos / Turismo e Artesanato
 556,44
 2,78
 200,00
 2.448
 1.362.171,60
 SENAI
 Indústria da Transformação (têxtil, metalurgia, alimentos, moveleira, madeira) /
 Construção Civil / Indústria Automotiva (Chicotes Automotivos)
 651,46
 2,83
 230,09
 1.935
 1.260.572,40
 SENAT
 Transportes
 306,40
 2,55
 120,00
 1.314
 402.350,00
 PROVOPAR
 Segurança Alimentar
 396,74
 0,95
 416,00
 156
 61.892,00
 TOTAIS
 457,25
 2,43
 207,32
 8.348
 4.225.910,73

Na continuidade, apresentou a alteração da Resolução 333/03 do Conselho Deliberativo do FAT, através da resolução 408/04. Informou que a resolução 333/03 estabelece que o PNQ é implementado por meio de Planos Territoriais de Qualificação – PLANTEQS e de Projetos Especiais de Qualificação – PROESQS. Os PLANTEQS, viabilizados mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre os respectivos executores e o MTE, por intermédio do DEQ/SPPE. A Resolução 408/04, estabelece que o PNQ será implementado também por Planos Setoriais de Qualificação - PLANSEQS. Estes planos têm o caráter complementar aos PLANTEQS, orientados ao atendimento transversal e concertado de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação, identificadas a partir de iniciativas governamentais, sindicais, empresariais ou sindicais, cujo atendimento não tenha sido passível de antecipação pelo planejamento dos entes federativos ou municipalizados. Nesta perspectiva, a Coordenadoria de Qualificação Profissional apresenta o PLANTEQ/PR - 1ª fase, que após a sua aprovação, e que deverá ser encaminhado ao MTE/DEQ para análise. Em fevereiro/2005, estaremos fazendo o levantamento de demandas em conjunto com os Escritórios Regionais, Agências do Trabalho e Conselhos Municipais do Trabalho, embasado no documento do IPARDES, "Leituras Regionais", que congrega os dados econômicos e os dados sociais, tendo

como base 10 Mesorregiões no Estado do Paraná. Isto poderá facilitar o levantamento dos setores e ocupações que demandam ações de qualificação, dentro da perspectiva de inclusão social. Apresentou o Anexo I do Plano – Público Prioritário (quadro anexo), justificando cada público prioritário. O Plano Territorial de Qualificação deverá atender 12.597 trabalhadores com recursos na ordem de R\$ 4.924.107,40 (quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil e cento e sete reais e quarenta centavos) da Fonte 107 – FAT e R\$ 1.120.520,00 (um milhão e cento e vinte mil e quinhentos e vinte reais) da Fonte 100 – Tesouro do Estado, totalizando R\$ 6.044.627,40 (seis milhões e quarenta e quatro mil e seiscentos e vinte e sete reais e quarenta centavos). O Secretário Pe. Roque/SETP chamou a atenção dos conselheiros que a SETP, apesar das dificuldades existentes, conseguiu captar e habilitar recursos federais e estaduais aplicando 100% na qualificação profissional, em relação ao ano de 2003. Mencionou a questão do Instituto São Cristóvão, e que não obteve do governador, a concessão para a sua habilitação, representando o segmento dos rodoviários. Reafirmou que se deve abrir ao máximo a aplicação do recurso, para não haver devolução, que o governo insiste em pedir recurso e no final do exercício devolve-os. Cita ainda que houve empenho total no exercício de 2004 para aplicar todo o recurso tanto federal como estadual, conseguindo com sucesso a execução dos cursos. Na seqüência, o Secretário Pe. Roque/SETEP passou a palavra ao Presidente do Conselho Sinval Lobato Machado/FACIAP, e pediu licença para se ausentar, por motivo de evento externo. O Presidente do Conselho Sinval Lobato Machado/FACIAP agradece a presença do Secretário pela condução do trabalho na sua ausência, dando seqüência à Qualificação Profissional referente às ações de 2005, conforme demonstração da planilha. Após a apresentação, o Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP fez uma observação que, no item 03 - trabalhadores ocupados, auto emprego, auto gerenciados, há um erro quanto à multiplicação. Passada a palavra ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT, que evidenciou a importância dos novos representantes do governo, compondo o conselho, do BRDE, Agência de Fomento e SEPL, fruto de um diálogo pessoal com o Governador, demonstrando que não adianta ficarmos no estado saudando o crescimento do emprego, fazendo de conta que este é gerado pelas Secretarias de Indústria e Comércio, do Planejamento e da Fazenda, que o desemprego público é culpa da SETP ou do Ministério do Trabalho. Da mesma forma que, para combater o desemprego a SETP teria que ter instrumentos de participação na área de crédito como os tributos fiscais. Informou que a discussão dos arranjos produtivos, não será mais feita na forma bipartite, como vem sendo feita, que os sindicatos e federações dos trabalhadores da área da madeira e vestuário, não eram convocados a nenhuma das reuniões, sendo que daqui para frente o serão. Espera que a SEPL discuta uma proposta com apoio do BRDE, chamada de arranjos produtivos, visando aprovação de uma linha para economia solidária, em alguns setores como o da reciclagem do lixo, vestuário e na área de transformação de alimentos. Lembrou que o Conselheiro que representa a SEPL, foi dirigente do SEBRAE, e que precisamos convocar esse Órgão, que vem realizando um trabalho de forma equilibrada e não tem recebido o devido apoio do CET. Enfatizou que não dá para comparar a questão tanto dos recursos e do número de qualificados, à metodologia do PNQ e do PLANFOR, que são concepções e estruturas completamente diferentes, mas acredita haverem avanços no decorrer do ano, inclusive na questão dos recursos. Evidenciou ainda, a preocupação em relação ao PLANTEQ, elogiando a sua estruturação e dizendo que ele envolve duas questões específicas. Primeiro com relação à área do vestuário. Indaga se, ao mesmo tempo em que o governo do Estado se permitiu mudar a executora aprovada pelo Conselho, irá deixar que os membros do CET opinem sobre o destino dos recursos na área do vestuário. Particularmente, gostaria que parte desse recurso de três milhões fosse destinado às cooperativas de produção do vestuário e não só às pessoas cadastradas no SINE para trabalhar nas empresas. E que gostaria de entender as razões pessoais do governador para

tomar ciência de como ocorre a questão de poder do Conselho em relação ao governador. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP pergunta quem é a pessoa indicada para responder a esta questão, sendo informado pelo Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP, de que o Secretário Pe. Roque o seria, já que ele mesmo encaminhou a negociação em prol da executora e não obteve sucesso. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP, pede que o Secretário se posicione à respeito e que seja encaminhado um ofício em resposta ao CET e ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT. Este, pediu inclusive uma resposta da possibilidade de se opinar ou não em relação à partilha dos recursos do governo do Estado para o setor do vestuário. O que foi informado pelo Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP, de que provavelmente isso possa ocorrer, embora a negociação tenha sido feita com a Federação dos Empregadores. Passada a palavra ao Conselheiro Carlos José Zimmer/CGT que disse querer esclarecer algumas questões levantadas pelo Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT. Primeiro, que o Instituto São Cristóvão se habilitou como executor no ano passado, já dentro do âmbito de poder da Resolução 333 do CODEFAT. Antes não havia se habilitado para nenhuma ação, mas que isso seria esclarecido com maiores detalhes quando chegasse a este item da pauta e, se possível na presença do Secretário Pe. Roque. Disse ainda, que gostaria de entender a colocação do Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT, sobre os três milhões de recursos do Estado, para o vestuário. Se irão ou não poder opinar, já que na reunião da Comissão de Qualificação esse assunto chegou a ser levantado pelo Secretário Pe. Roque. Indaga se o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT tem mais informações a respeito, qual a fonte deste recurso, se vai passar pelo Conselho e como irá ser utilizado. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT disse ter sido justamente essa a sua indagação ao Coordenador da CQP Luiz Antonio Bonato /SETP. Este disse que lhe foi pedido um posicionamento em relação ao PLANTEQ e que esse recurso, explicou, seria em função de uma nova proposta do Ministério dentro do PNQ, já mencionado pela técnica Luciene Bracht/SETP, um plano em separado do PLANTEQ para o qual o governo já havia destinado a sua contrapartida no valor de três milhões de reais. Com a palavra a Conselheira Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED, disse haver uma mistura de três assuntos que devem ser tratados em separado. Primeiro que, enquanto membro da Comissão de Qualificação entende que a proposta apresentada é coerente e que deverá ser encaminhada para aprovação e posterior envio ao CODEFAT, em 31 de janeiro do corrente. Com relação à preocupação evidenciada no CET, em todo o decorrer do ano passado, se as ações realmente davam conta daquilo que se esperava, considerou que os técnicos da SETP tiveram a preocupação de não estar só enfocando o público da PEA e, nesse sentido, utilizaram inclusive dos dados do IPARDES como subsídios às propostas de qualificação para o Estado. Quanto à questão do PLANSEQ, disse ser um assunto novo a todos os Conselheiros, devendo-se aprofundar melhor no assunto, mas que sendo um recurso do FAT passa pela aprovação do Conselho. Considerou que se deve ter sensibilidade para orientar as ações, priorizando o que é necessário ao Paraná, no atendimento aos pequenos empresários, no que tange à qualificação dos trabalhadores. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP dá seqüência à proposta da resolução 216/05, pedindo para que a Secretária Executiva Eliette de Souza Vilela fizesse a leitura da mesma. Antes porém, pediu licença para registrar a presença do Dr. Erasto Zaneti diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campo Largo, convidando-o para fazer parte da mesa, bem como, dos Conselheiros Antonio Rycheta Arten, diretor presidente da Agência de Fomento e Allan Marcelo de Campos Costa, diretor Geral da SEPL, dando-lhes as boas vindas. A Secretária Executiva Eliette de Souza Vilela fez a leitura da Resolução. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP pediu que fizessem chegar aos Conselheiros, inclusive os não presentes, cópia da resolução 408/04 do CODEFAT. A Resolução 216/05 foi aberta à discussão e não havendo nenhuma manifestação contrária, a mesma foi aprovada. Passou à resolução 215/04, aprovada "ad referendum", pedindo que a Secretária Executiva fizesse a

sua leitura, colocando-a para discussão em seguida. Não havendo manifestação em contrário, a mesma foi aprovada. Passou a palavra ao Sr. Francisco para fazer a apresentação sobre o segmento das refeições em cozinhas industriais. Como este não estava presente passou a palavra ao Conselheiro Carlos Zimmer/CGT para falar sobre o indeferimento dos Projetos do Instituto São Cristóvão, que pediu para aguardar o retorno do Secretário Pe. Roque, adiantando a pauta. O Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP pediu ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT para fazer a sua explanação sobre o Cadastro da Economia Solidária e este disse que o MTE, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária está fazendo um cadastramento nacional, passando para o Estado esta responsabilidade através de um grupo gestor que é coordenado pela DRT, com a participação da SETP e de entidades que trabalham com a economia solidária, no sentido de fazer um cadastramento das cooperativas de produção que trabalham com economia solidária no Estado. Esse trabalho foi desenvolvido, em seu primeiro momento, inclusive gerando alguns desentendimentos pela falta de informação que se teve, mas redundou em um cadastro preliminar a ser repassado ao Ministério. No ano passado o Ministério já liberou para o Estado em torno de cinco projetos basicamente: a questão da reciclagem do lixo das regiões metropolitana de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, com recursos de trezentos mil reais para cada projeto, no sentido de estruturar com equipamentos e operacionalizar as chamadas cooperativas de reciclagem. Neste ano os recursos serão maiores para estas cooperativas, razão pela qual está sendo feito o recadastramento, com o objetivo de não só alocar recursos, mas também de criar junto com o Governo do Estado as chamadas redes de economia solidária. Na tentativa de criar uma Lei Estadual de Economia Solidária, contando-se também a participação da SEPL. No tocante à Lei da Aprendizagem, nº 10.097, durante muito tempo se imprimiu toda uma interpretação extremamente rígida, gerando dificuldades no avanço da aprendizagem, quanto ao seu aspecto legal. Outro fator da aprendizagem foi a falta de interesse das instituições como o caso do SENAI no Paraná, onde em 2003 formaram cerca de setecentos aprendizes e em 2004 foram formados dois mil e duzentos, sem a mudança de lei, o que demonstra não ser somente a lei que restringe e sim tratar-se de uma visão estratégica da Instituição, já que para o ano de 2005 há previsão da formação de três mil e oitocentos aprendizes, devendo chegar a cinco mil em 2006. O Governo Federal montou um grupo multidisciplinar, juntamente com o Ministério do Trabalho, Ministério Público, instituições patronais, Fundação Roberto Marinho, TV Cultura e uma gama de entidades que trabalham com aprendizagem, culminando em uma proposta de regulamentação da Lei de Aprendizagem. A DRT recebeu a lei com as devidas propostas, encaminhando a todas as instituições sindicais, tanto de trabalhadores como patronais e ao Sistema S, para que tomem ciência das sugestões, remetendo-as à DRT de modo que possam ser enviadas a Brasília, no sentido de prover melhorias na Lei. No encontro tido com o governador, este pediu todo o esforço possível da DRT, do Ministério Público da Criança e da Adolescência, da SEED, no sentido da construção de conteúdos no setor da aprendizagem. Isto está sendo trabalhado com o Secretário Maurício Requião e com o Procurador Tourinho, da Área da Criança e Adolescência. Falou ainda, da outra questão que envolve o Consórcio da Juventude, dizendo ser este uma variante do chamado Primeiro Emprego, que é voltado ao incentivo fiscal, onde a empresa contrata para ter acesso ao incentivo. Já o Consórcio da Juventude está voltado para a formação e no ano passado a DRT apresentou um projeto para Curitiba, com o Ministério aprovando um recurso na ordem de dois milhões e cem mil reais para a formação de oitocentos jovens. O Consórcio tem uma ONG como entidade âncora, que cuida da juventude, em conjunto com outras entidades cuja clientela são jovens extremamente marginalizados pela sociedade. Acredita-se implantar em outras regiões do Estado, objetivando a inclusão social, tendo a DRT como fiscalizadora das empresas. Tentar-se-á a interação do setor privado no projeto, no sentido da empregabilidade e inserção

no mercado de trabalho, dos jovens treinados, conforme concluiu o Conselheiro. Dando prosseguimento, a palavra foi passada à Conselheira Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED informando que o Secretário de Estado da Educação está empenhado em que sua pasta possa buscar uma forma de atender e formar um número maior de aprendizes. Comunicou que tiveram uma reunião com a FIEP, onde foram apresentadas três propostas de como as Escolas Públicas podem ser utilizadas na realização dessa qualificação. A idéia da Secretaria é de que poderia ser uma proposta de Primeiro Emprego para o Estado. Aproveitou o momento para dizer que no ano passado colocaram-se à disposição do CET e gostaria de agendar para a próxima reunião, se possível, uma apresentação da Secretaria de Educação, especificamente dos Departamentos de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Profissional no sentido de mostrar o que vem sendo realizado. Manifestou a intenção de poder contar com a presença do Secretário, se a sua agenda o permitir. Informou que no ano de 2003, a rede pública recebeu treze mil matrículas no Ensino Técnico, passando para vinte e nove mil, no ano de 2004 e a sessenta mil, o número de alunos a serem atendidos em 2005. Estes números consistem numa razão a mais para o CET conhecer o que a Secretaria está fazendo para atender o trabalhador, já que a própria escolarização deste, é uma forma de qualificação profissional; sendo relevante explicar o projeto de Educação Técnica. Na continuidade, o Presidente Sinval Lobato Machado/FACIAP agradeceu à Conselheira Sandra Regina de Oliveira Garcia/SEED, pelas informações prestadas, solicitando à Secretaria Executiva do CET que providenciasse o convite ao Secretário de Educação, Maurício Requião, bem como, ao Presidente do SEBRAE, Dr. Hélio Cadore, para participarem da próxima reunião do Conselho. O Conselheiro Arthur Carlos Peralta Neto/FIEP, que retornou ao CET, recebeu as boas vindas do Presidente, falando de sua dificuldade, por questões de agenda, em comparecer às reuniões, mas que sempre esteve bem representado pelo Conselheiro Newton Jorge Gonçalves de Oliveira/FIEP. Posicionou-se em relação às palavras do Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT, quanto este enfatizou que o SENAI formava cerca de setecentos alunos ao ano e, que por questão de miopia da sociedade, bem como de uma inversão de valores achando que o SENAI poderia se privilegiar das atividades geradoras de receita e a aprendizagem, como é gratuita, fica perto do nada, pois o custo para a formação da aprendizagem é superior ao da qualificação e o de outras atividades de ensino técnico do SENAI, onde o custo de um aprendiz é muito maior do que o da qualificação, principalmente pela hora aula. Isso tem sido resolvido e a meta, segundo informou, é ainda a de chegar a cinco mil, neste último ano de gestão, disponibilizando melhores equipamentos, investindo em salas de aulas, escolas e mobiliário. Enfatizou que, dentro do enfoque da aprendizagem tem alinhado o SESI neste sentido, atribuindo a este a finalidade da educação do trabalhador, lançando o Colégio do SESI, que é de ensino médio profissionalizante e que irá contar com o concurso do SENAI, para a seleção dos alunos. Estão ainda, se habilitando para os editais de escolas de fábrica, recém lançado pelo Ministério de Educação. Em visita do Secretário Maurício Requião, foram desenvolvidas algumas idéias e projetos envolvendo o SESI e o SENAI com as escolas, no sentido de ampliar a oferta de educação fundamental nas escolas do SESI, o que até então vinha sendo deixado de lado. Informou que o sistema FIEP está alinhado com os esforços do governo federal e estadual, para a educação e qualificação do trabalhador e que a educação profissional é parte da missão do S industrial. Finalizando, informou que recentemente foi feita a aprovação do Conselho do SESI e do SENAI, objetivando a articulação das demandas da indústria na solução integrada da necessidade de informação, sobretudo com considerável salto na capacitação. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP considerou relevante a atuação do SENAI que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, conseguiu de setecentos avançar para três mil e oitocentos o número de seus aprendizes, sendo uma progressão geométrica e não matemática, segundo enfatizou. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT colocou que a Delegacia tem feito

um esforço desde o ano passado, nas áreas da indústria e da agricultura, mantendo um convênio com o Ministério Público do Trabalho para fazer a interpretação da Lei da Aprendizagem, a mais favorável possível, sendo uma meta do Governo Federal, na qual têm trabalhado diretamente. Passou a palavra ao Conselheiro Newton Jorge Gonçalves de Oliveira/FIEP que disse ser um desabafo, dentro daquilo que o Conselheiro Geraldo havia comentado. Que na verdade, todo o esforço dentro do Conselho Estadual, bem como, com todas as entidades com quem interage, é um debate sobre o Sistema S, que muitas vezes tem sido criticado em reuniões, como a ocorrida em Brasília, onde disseram que deveriam acabar com o Sistema S para que algumas entidades sindicais pudessem receber esse dinheiro e melhor administrá-lo. Disse sempre ter defendido, juntamente com o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT e que todo o esforço valeu a pena. Enfatizou que o Sistema S tem recursos não só para qualificar o setor patronal, onde 90% é destinado à qualificação, à profissionalização do trabalhador, qual seja ela. Considera bom que isso hoje esteja acontecendo em parceria com a DRT e o esforço é realmente atingir o trabalhador de todas as formas, e se está concretizando isso. Em seguida, reiterou o convite para que uma das reuniões do CET pudesse ser realizada no CIETEP, marcando-se para a ocasião, uma apresentação do SENAI em relação às metas previstas para o ano em curso. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP disse que da parte da presidência aceitava o convite e propôs que a próxima reunião fosse realizada no CIETEP. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP, dando seqüência à reunião, convidou a coordenadora da Cesine, Eliette de Souza Vilela/SETP para explanar sobre o PLANSINE 2005. Passada a palavra, disse que teve a honra de ser convidada pelo Secretário do Trabalho para assumir a função de Coordenadora Estadual do Sistema Público de Emprego no Paraná, iniciando suas atividades na última Segunda feira, ciente de que tem como um de seus primeiros desafios a realização do PLASINE. Buscou as orientações devidas, mas foi informada pelo Ministério de que a resolução não havia sido publicada e de que as informações não eram oficiais para poderem ser repassadas. Somente dia 26 último é que foi publicada e na data de ontem tiveram uma reunião de trabalho para interpretação da referida resolução. Informou que esta estabelece a data de 11 de fevereiro, como limite para a entrega do Plano Básico, com posterior elaboração de um plano de trabalho após a aprovação do Plano Básico, com entrega prevista até o dia 28 de fevereiro. Para a elaboração do Plano Básico foram constituídos onze grupos de trabalho. Registrou não ter havido tempo hábil para que fosse preparada uma apresentação para esta reunião do CET. Informou que embora na resolução não haja nenhuma orientação para que o Plano Básico passe pela apreciação do Conselho, foi considerado relevante, fazê-lo. Elegeram o dia 10 de fevereiro para submeter o Plano à apreciação de uma Comissão de Acompanhamento, para encaminhá-lo no dia 11. Solicitou ao Conselho que nomeasse uma Comissão tripartite, se concordasse com esse procedimento. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP pediu para que os Conselheiros manifestassem o interesse em participar desta Comissão, do contrário teria que fazer a indicação. A Comissão ficou formada pelos Conselheiros Carlos/CGT, Josiel Tadeu Teles/CGT e pelas Conselheiras Leila/DRT e Sandra/SEED. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado pediu à Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela para que lesse a carta do Ministério do Trabalho dando conta da visita de monitoramento das ações de qualificação e propostas do Plano de Trabalho, nos dias 02 e 03 de fevereiro último, aprovado pela Comissão do CET. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT no uso da palavra, enfatizou que na reunião passada não teve a oportunidade de comparecer, mas que havia encaminhado um ofício ao Conselho pedindo uma informação, pois havia lido no Jornal Folha de Londrina que o Tribunal de Contas da União determinava à SETP que designasse um representante para acompanhar a aplicação dos recursos repassados pelo convênio, bem como, que deveria ser feita cotação de preços antes da contratação de entidades privadas. Sabe-se que isto hoje já está suprido e que a

determinação saiu depois que o TCU analisou o relatório de auditoria feito no Plano Estadual de Qualificação no Paraná, implementado em 2000/2001, para o qual foram repassados recursos federais do FAT. Solicitou cópia da Resolução para que se ficasse sabendo o que foi feito em 2000/2001, no sentido de desvios que possam ter acontecido. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP solicitou que a secretaria executiva oficiasse ao Tribunal de Contas solicitando cópia da resolução mencionada. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP indagou ao Conselheiro Carlos/CGT se o mesmo iria fazer a apresentação do item 4 da pauta, uma vez que o Secretário Pe. Roque Zimmermann não estava presente. O Conselheiro Carlos, manifestou-se pela apresentação, informando que na reunião passada aproveitaram a presença do Secretário Pe. Roque Zimmermann e pediram a ele informações à respeito do por que do indeferimento de um projeto que havia sido aprovado pela Comissão e pelo Conselho, inclusive com as próprias universidades fora do processo, já que não se habilitaram como executoras, pelos custos desta demanda e por outras dificuldades. Disse ter o Instituto se apresentado, que o mesmo é uma ONG patrocinada por trabalhadores e pela Federação dos Rodoviários do Paraná e não tem nenhum motivo que o desabone. Informou que há, inclusive, um parecer favorável da Assessoria Jurídica do Palácio Iguazu. Todos os trâmites aconteceram e simplesmente houve o indeferimento. O Conselheiro Carlos alertou ao CET para que fique atento ao que irá acontecer, pois conforme informado, o recurso já foi repatriado e reutilizado. Sabe-se que virá uma nova ação ainda não finalizada por falta de documentação de uma executora. Talvez tenha-se que devolver cento e tantos mil, enquanto esse recurso era de setenta e oito mil reais, argüiu o Conselheiro. Disse ser esta a informação que queria colocar de público a todos os Conselheiros. Que de repente ainda caiba uma providência por parte do CET no sentido do governador se pronunciar à respeito. Se ele tiver realmente o poder de veto, enfatizou o Conselheiro que: estaremos aqui trabalhando o ano inteiro em comissões, reuniões exaustivas, que serão indeferidas por ele. O Conselheiro Josiel Tadeu Teles/CGT pediu a palavra para inicialmente, externar em nome de sua bancada, as boas vindas aos novos conselheiros, cumprimentando a todos que vieram prestigiar a reunião. Julgou interessante ressaltar, para ciência dos conselheiros recém chegados, que além de todo o trâmite legal da documentação e de terem todas as metas cumpridas, um dos pressupostos seria o da construção do calendário do cronograma de ação junto com os ER's. Que à partir disso, estiveram em visita aos municípios, propondo ações como duas atividades de reciclagem de lixo, uma em Pontal do Paraná e outra em Curitiba; duas atividades de Agricultura Familiar de Subsistência e Associativismo em Guaraniaçu; Agroindústria e Produção de Leite em Enéas Marques e, conforme informações do próprio município, foram consideradas atividades em expansão; e duas atividades de Educadores Infantis. De acordo com os municípios visitados, montou-se a equipe técnica para administrar e propor ações que há anos não vinham sendo executadas e os municípios iniciaram a formação das turmas, aguardando apenas a assinatura de contratação do convênio. Não se sabe o que realmente aconteceu para o governador indeferir o projeto. Afere-se essa medida por ser o Instituto bancado por trabalhadores, salientando que, assim como o Sistema S está fazendo a parte dele, o Instituto São Cristóvão também estava fazendo a sua, em pleno desenvolvimento e funcionamento com pré vestibular para os filhos de trabalhadores e, além disso, um projeto para ampliar o grau de escolaridade de caminhoneiros, que hoje têm no máximo até a quarta série, objetivando que estes trabalhadores venham a concluir o ensino fundamental, pensando numa alternativa para quando estão na estrada e não podem parar. Finalizando, colocou o Instituto à disposição como parceiro, com trabalhos e propostas a toda a sociedade. Com a palavra o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT disse que essa preocupação aumenta ainda mais na medida em que a Fundação teve todo um trabalho desenvolvido na área rural, de agricultura familiar, com uma boa metodologia de trabalho. Mencionou que acabaram de aprovar um indicativo de

qualificação nessa área e, de repente, uma entidade que já tem tradição, por motivos até aqui desconhecidos, acaba não sendo aprovada para executá-los. Pelo seu conhecimento em relação ao governador, este não aprovou porque até aqui os trabalhadores tiveram pouca participação na condução das políticas fiscais, nos arranjos produtivos e, conseqüentemente, o governador não sabe exatamente quem é a Fundação. Disse haver outro aspecto onde incide a responsabilidade do Conselho e da SETP, que é a de informar ao governador que a metodologia de fiscalização do PNQ é muito diferente do PLANFOR, com um sistema de fiscalização junto com o Tribunal de Contas da União, com a UNITRABALHO contratada para consultoria e com a DRT fiscalizando as empresas. O governador deve ter pensado tratar-se de uma entidade fria, como já ocorrera no passado. E aí o papel do CET em informar isso ao governador, dizendo que a lei hoje é muito mais rígida e que, uma vez aprovado pelo Conselho, não existe motivo para indeferimento. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP perguntou à Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela, no momento, a única representante da SETP presente, sobre qual o poder de veto que tem o governador sobre uma verba federal, para um projeto aprovado de forma deliberativa pelo CET. Pediu que, caso ela não pudesse se manifestar por questões éticas, que a pergunta ficaria registrada para que fosse respondida ao CET, de forma mais efetiva, pois como havia se manifestado muito bem o Conselheiro Carlos, o Conselho não pode ficar trabalhando o ano todo, aprovar os projetos, deliberar e ser vetado pelo governo. A Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela pronunciou-se dizendo que não acompanhou o caso por estar recentemente inserida nesse processo, mas como é do conhecimento de todos, o administrador público possui o poder discricionário, isto é, pode decidir por conveniência e oportunidade, a priori, dizer não até que tenha subsídios suficientes para dizer sim. Disse concordar com o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT quando este diz que talvez tenha faltado ao governador informações suficientes. O Conselheiro Newton Jorge Gonçalves de Oliveira/FIEP no uso da palavra afirma que mais uma vez se cria uma expectativa aos municípios, quando se realiza as visitas e o projeto não se viabiliza e que essa carga novamente recai sobre o CET. Não sendo qualificada pelo governador a Instituição, ele deverá ter o ônus da responsabilidade, perante esta qualificação e perante os municípios também. Considera que isto já deveria Ter sido dito ao governador pelo Secretário Pe. Roque. Informou que em reunião tida com o Secretário foi solicitado a ele todo o empenho no sentido do levantamento das razões que levaram ao veto do projeto do Instituto São Cristóvão. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP lembrou que ao longo destes 10 anos de conselho, somente teve-se um caso em que havia contrapartida do governo do Estado e foi com relação à questão do emprego e desemprego. O CET lutou pela viabilização, mas o governador da época vetou o projeto e, como havia contrapartida, perdeu-se o recurso federal. Perguntou se neste caso do Instituto São Cristóvão há contrapartida do Governo Estadual. Recebeu a informação de que para todo o recurso federal há uma contrapartida do Estado, mas que neste caso em específico, há toda uma ponderação, um critério de selo do Sr. Governador, mas que é possível superar isso, bastando que se tenha em tempo hábil, condições de estabelecer as razões que levaram a esta decisão. É o caso de se colocar no lugar de quem administra recursos públicos com seriedade. Acredita ter sido este o critério que levou o Governador a essa atitude. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP reafirma que o CET não foi consultado nem pela casa civil e nem pelo Governador. A Secretária Executiva mais uma vez afirma que não acompanhou o processo e que está presente ao CET pela ausência de outras pessoas tentando, como os demais entenderam o que aconteceu e que mais do que isso não há o que informar. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP agradeceu à Secretária Executiva, mas pede que fique registrado por parte do conselho o pedido para que o Secretário faça por escrito esta manifestação, já que ele é um dos membros representante do Governo junto

ao Conselho e se tivesse que haver veto deveria ser por parte dos representantes do Governo no Conselho, por ser este uma instituição paritária, tripartite, membros com poder de deliberação e não há razão para se sofrer esta jurisdição. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT pediu para complementar no seguinte sentido, dizendo que o Governador desconhece o teor da resolução 333 e não fez o veto por outro motivo, uma vez que continua considerando as ações como vinham sendo realizadas antes do PNQ. Considera que deve se ter nesse momento, não só a responsabilidade de transmitir ao Governador o descontentamento do Conselho, mas também dizer a ele da nova estrutura de fiscalização do PNQ. Saliencia que é o papel da Assessoria Jurídica da Casa Civil o embasamento ao Governador informando-lhe sobre a resolução e que haveria tranquilidade fiscal e não o parecer que lhe foi passado. Assim sendo, o CET deve dar conhecimento à Casa Civil da nova legislação. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP pede que se oficie à Casa Civil encaminhando uma cópia da resolução 333, ao mesmo tempo manifestando a insatisfação do CET de ter tido um projeto importante transformado num veto do Governador, mais uma vez devolvendo dinheiro ao Governo Federal. O Conselheiro Ademir Mueller/FETAEP disse não saber que tendo o CET poder deliberativo tenha que submeter ao Governador para aprovação. Foi informado pela Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela, que nesse sentido nenhum recurso financeiro, em que pese ser de origem do Governo Federal possa ser aplicado sem autorização do Governador, até porque faz parte do orçamento e que é necessário o gráfico orçamentário do Estado para a aplicação dos recursos federais. Salienciou que existem normas nesse sentido e estamos no cumprimento delas. Pediu a palavra o Conselheiro Antonio Rycheta Arten/ Agência de Fomento enfocando que está se inteirando do assunto, por estar no início do processo, mas que realmente chama a atenção pela forma como está sendo exposto no Conselho. Lamentou a ausência do Secretário, pela conversa do Conselheiro que conduziu as demandas de qualificação e acredita que o Secretário deva ter uma explicação, pois como tal deve estar ao par dos detalhes de como foi conduzida a formalização. Concordeu com o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT quando este diz que o Governador não tomou pleno conhecimento da realidade das informações. Disse conhecer bem o Governador e afirmou que a sua própria participação no CET vem no sentido de trazer um outro enfoque voltado ao PED, à questão do emprego e à economia de financiamento. Considerou que valia a pena rever essa matéria, pedindo ao Secretário no sentido de equacionar uma forma explicativa e buscar as estâncias, seja a Casa Civil e a Assessoria Jurídica do Governador, mostrando, de forma mais clara e que sustente ser um processo normal diferente da expressão do passado. Em sua opinião, o Governador tendo esse conhecimento claro não teria dado, em momento algum, o veto. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP perguntou ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT se juridicamente o veto tem condições de ser derrubado no CET. Este responde acreditar que juridicamente não poderá ser feito, embora considere que deve-se manter a manifestação do Conselho junto ao Governo, mas que esta deve ser no sentido de construir um ofício ao Governador com caráter muito jurídico, devendo-se partir do princípio do desconhecimento e da preocupação deste em querer fazer as coisas moralmente corretas, dando-lhe as informações necessárias para que isso realmente não aconteça mais. O Conselheiro Antonio Rycheta Arten/ Agência de Fomento, disse que gostaria de conhecer o assunto, pois como recém integrante do Conselho como membro titular, desconhece qualquer informação ou conclusão completa. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT disse da importância dos novos conselheiros receberem cópia da Resolução 333, no sentido de se inteirarem efetivamente desta estrutura. O Conselheiro Allan Marcelo de Campos Costa/SEPL na tentativa de finalizar esse assunto, considerou perfeita a leitura do Conselheiro Geraldo e que o CET não deve entrar em atrito com o governador e sim, encontrar uma maneira estratégica de mostrar a ele do que trata a matéria, pois tem certeza absoluta de que ele irá aprovar. O

Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP indaga sobre quem constrói esse documento, pedindo à Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela para que faça, num primeiro momento, a elaboração da correspondência ao governador, para depois submetê-la aos demais conselheiros. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP passou aos informes gerais, dizendo ao Conselheiro Carlos José Zimmer/CGT, que dá por vencida a matéria, pedindo a este que fizesse uma visita ao Secretário Pe. Roque, para conversar sobre o assunto. Deixou a palavra livre a quem desejasse se manifestar. Enquanto os Conselheiros refletiam pediu para fazer duas colocações. A primeira delas relacionada à uma notícia do Jornal Gazeta do Povo, onde diz que após reunião do Secretário Pe. Roque com o SINDILITORAL, foi declarado que os cursos de qualificação profissional definidos para o litoral foram destinados somente para o setor portuário, artesanal e pesca, deixando de lado os setores de entreterimento, lazer e turismo. Na mesma nota constava resposta do Secretário Pe. Roque dizendo que "as verbas só são liberadas quando requisitadas pelos municípios e que não pode fazer nada se os CMT's não estão organizados e se não apresentam as propostas de cursos. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP pediu à Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela para oficial aos CMT's do litoral para que se pronunciassem a respeito, porque se não apresentam projetos não terão a liberação de recursos, no que considera ter o Secretário Pe. Roque razão em seu pronunciamento a esse respeito. É a oportunidade para que os CMT's sejam alertados para o seu papel e sua importância neste processo. Interferindo, o Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT disse que para isso existe uma causa e conhecendo a realidade do litoral neste caso há uma responsabilidade do Ministério, da Secretaria da Pesca. Informou que foi realizado um Encontro em Curitiba, capitaneado pela Secretaria do Trabalho, junto à DRT e outros órgãos, para discutir a problemática da pesca, dos trabalhadores, do Seguro Desemprego, numa tentativa de integração. Logo depois a Secretaria de Pesca fez o 1º Encontro no litoral, deixando de chamar a SETP, a DRT, o INSS, a Caixa Econômica e outros órgãos. Reuniram-se com os pescadores, propuseram os cursos e acabaram deixando de lado o setor de Turismo, que também foi muito prejudicado com o acidente no Porto, acabando por serem preteridos. Então não basta só os CMT's trabalharem nesta questão, mas sim, perceberem que o Ministério da Pesca precisa aprender com todos os demais órgãos públicos federais e estaduais, faltando-lhes uma visão de integração. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP retoma a palavra dizendo que o seu objetivo era o de chamar a atenção dos CMT's a trabalharem mais. A outra nota que saiu também, foi a mudança no comando do SINE, onde diz que as empresas de intermediação de mão de obra estavam tendo acesso privilegiado aos cadastros das empresas que solicitavam trabalhadores para o órgão. Considerou que o sistema é tecnicamente seguro e não há como ter acesso ao cadastro, senão através de senhas, o que lhe causa estranheza. Posicionou-se em defesa da estrutura da Secretaria pedindo para que se registrasse que o Conselho se manifesta favorável à continuidade dessa segurança e estranha que tenham tido acesso. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP informou que em sua primeira gestão, todos os CMT's foram visitados, mas havia a disponibilização de recursos por parte da SETP. Enfatizou que, para o CET poder atuar junto aos CMT's há necessidade de se ter novamente recursos disponíveis, atuando diretamente nos municípios, com reuniões sistemáticas, como uma forma de evitar a ingerência política dos prefeitos. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT expôs que no ano de 2004 ponderou bastante sobre a formação dos conselheiros e que tem uma visão do assunto. Disse estarmos num processo democrático, mas mesmo assim, ainda é uma tarefa difícil para se pensar em municipalização e ter qualidade em sua realização. Considera a integração com os vários órgãos que trabalham com planejamento, políticas públicas fiscais, política de crédito e qualificação, o caminho mais viável para realizar esta tarefa, pois estes têm uma visão mais estratégica para chegar nas regiões e estabelecerem um programa de

cadeias solidárias. Chamou a atenção para o Encontro sobre o Sistema Público de Emprego, já que será realizado no segundo semestre o Encontro Nacional do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e, conseqüentemente, a realização de um encontro regional. Socializou que no encontro realizado em São Paulo, o que lhe chamou a atenção foi saber que o Brasil, de todos os países em desenvolvimento é o único país entre, Argentina, União Soviética, Índia, que matem um Sistema Público de Emprego, não só somando os recursos do CODEFAT, FGTS, mas do próprio Sistema S, com a capacidade de utilizar esses recursos, o que foi motivo de alegria, se comparado às demais realidades internacionais. Disse acreditar que em 2005 se irá construir, junto com a Secretaria do Trabalho, responsável pela coordenação desta tarefa, com o Ministério e com o Sistema S, o encontro regional e, da mesma forma como o encontro realizado em São Paulo, haverá a participação dos municípios com população acima de trezentos mil habitantes, ocasião em que se deverá construir a discussão do Sistema Público de Emprego. Reiterou sua posição de não acreditar num estágio de demanda oriundo dos CMT's, baseado em informações da Secretaria do Planejamento, IPARDES, DIEESE, IBGE, dizendo que deve-se ter a capacidade de assumir isto no CET. Retomando a palavra, o Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP esclareceu que em sua gestão anterior reuniram os CMT's por região e se os CMT's da região litorânea estiveram aqui eles já deveriam estar atentos às questões de vocação econômica do seu município, sugerindo e chamando a atenção do Ministério da Pesca. Considerou ainda, que deve ser vocação regional, pois às vezes o município produz e não tem para quem vender. É preciso que o estímulo venha, ponderou o presidente. A vocação tem que ser regional, para não se correr riscos lá na frente. Deve haver um estímulo, pois eles não têm a visão macro que se tem no CET. O Conselheiro Ademir Mueller/FETAEP fez uma interferência à título de informação, que na data de ontem foi criado o fundo de aval, lançado pelo governador, vice governador e várias autoridades presentes, na região central. Disse ter sido uma batalha ao longo de seis anos na tentativa da criação deste aval para que viesse garantir ao agricultor familiar buscar recursos financeiros, principalmente junto ao Banco do Brasil, que opera os recursos do PRONAF. Muitas vezes esses recursos vinham e retornavam para o Governo Federal por falta de garantias exigidas do agricultor, pelo Banco Central e pelo Manual de Crédito Rural. A Agência de Fomento estava presente e está trabalhando junto com a Secretaria de Agricultura. Foram mobilizados na região, mais de dois mil agricultores familiares e isso vai influir naqueles extremamente pobres, que não tinham condições de crédito para tocar sua lavoura e agora irão poder investir em sua propriedade, pois o recurso é para esta finalidade. Essa iniciativa fará com que o trabalhador permaneça em sua propriedade, gerando mais empregos para ele e sua própria família. Disse terem sido grandes os entraves para se chegar até aqui, mas que foram superados e o fundo agora começa a deslançar, fixando mais o homem no campo, impedindo que se aumente o êxodo rural. O Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT pede o uso da palavra, dizendo que no diálogo com o governador teve a oportunidade de lembrar que o setor empresarial fez um estudo no Brasil comandado pela FGV, mostrando que mesmo o Governo Federal aumentando os recursos do PRONAF para dois milhões e meio, o dinheiro não estava chegando, uma vez que não adiantava lançar política fiscal e política de crédito, se estas não conseguiram atingir os pequenos agricultores, precisando viabilizar o acesso destes aos créditos. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP coloca que o poder de comunicação da SEAB irá suprir isso, pois irão buscar lá no campo o agricultor, trazendo-o ao Banco e acompanhando-o para que possa ser ouvido e atendido. O Conselheiro Rycheta Arten/Agência de Fomento informou que já se está finalizando o ante projeto de Lei para o fundo de aval na indústria, para o pequeno industrial. Salientou estarem completando a evolução disso com o Presidente do CIETEP, Rocha Loures, inclusive com a participação da Agência de Fomento e Integração, já havendo um esboço do Projeto de Lei a ser discutido

junto à classe, aproximando o pequeno produtor industrial e artesanal, de maneira ordenada e adequada com o agente financeiro repassador. O Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP enfatizou ser este um tema alvo de preocupação ao longo dos dez anos do CET, que foi tratado junto ao BNDES mas sem o apoio do Governo do Estado, na época. De 1995 a 2000, discutiu-se o fundo de aval exaustivamente no CET, mas sempre com a Secretaria de Planejamento contrária à realização do mesmo. Pediu que esse registro fosse levantado por se tratar de história para o nosso Estado. Passou ao último item, convidando todos os Conselheiros para as atividades comemorativas aos dez anos do CET, comunicando que, por decisão do Conselho, devido tratar-se de um ano eleitoral, o evento foi deixado para o ano em curso, devendo-se aproveitar a realização da Conferência para fazê-lo. Enfatizou ainda, que deve-se retomar o assunto da Conferência Estadual. Dirigiu a palavra ao Conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT e este disse que devemos aproveitar a Conferência para tratar da questão do Encontro Regional do Sistema Público de Emprego, sendo importante verificar esse calendário para que a Conferência Estadual possa ser também a Conferência do Sistema Público do Emprego, uma vez que não há condições de se realizar as duas. Sugeriu que sendo o Secretário Pe. Roque, um dos coordenadores nacionais dessa questão, que fosse verificado para quando foi marcado o Encontro, tentando-se então a Conferência. A Secretária Executiva Elietti de Souza Vilela informou que está assumindo a função recentemente, mas que salvo engano, já existe uma Comissão constituída pelo Conselho com este objetivo. Assim sendo, o Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP pediu a esta que retomasse o assunto, convocando os Conselheiros para uma reunião para decidir data, metodologia e outros detalhes. Finalizados os assuntos, o Presidente Sinval Zaidan Lobato Machado/FACIAP encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos e eu, Denise Cristinas Mansur, redigi a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais membros presentes. Curitiba, 28 de janeiro de 2005.